



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

## Economia Solidária: Desafios, Perspectivas e Dificuldades Dentro e Fora da Universidade

### Área Temática: Teoria e prática da Economia Solidária

Bruna C. Diniz<sup>1</sup>, Geórgia N. Brito<sup>2</sup>, Nicole A. Camilo<sup>3</sup>, Tácito Y. D. Chimato<sup>4</sup>, Sandra Rufino<sup>5</sup>

<sup>1,2,3,4,5</sup> Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto  
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, bruna.ufop@hotmail.com, geo.nogueira@hotmail.com,  
nicolealves.13@gmail.com, tacito\_dutra@hotmail.com.

<sup>4</sup>INCOP/UFOP; PEGADAS/UFRN; NESOL/USP – ssrufino@yahoo.com.br

### Resumo

Esse texto busca uma reflexão sobre a situação da Economia Solidária no Brasil e os desafios enfrentados por seus praticantes e pesquisadores no país. Na primeira parte, buscamos recapitular a história mundial da Economia Solidária para que possamos dar início a nossa reflexão. Na segunda parte do artigo, procuramos mostrar as dificuldades encontradas pelos empreendimentos solidários, principalmente a dificuldade e limitação de acesso ao crédito, a falta de políticas públicas e alguns caminhos que podem ser seguidos para o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo no nosso país. Procuramos também apresentar exemplos de iniciativas que deram certo como o Banco Palmas. Na terceira parte mostraremos as dificuldades enfrentadas nas Universidades brasileiras - órgãos importantes na consolidação da Economia Solidária, falando sobre o que são os projetos de extensão e pesquisa-ação e apresentando um pouco da INCOP (Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto). Por último apresentaremos as conclusões do nosso trabalho e pesquisa.

*Palavras-chave:* Economia Solidária; cooperativismo; desenvolvimento solidário; Economia popular.

### 1 Introdução

O presente artigo pretende analisar o desenvolvimento e a consolidação da Economia Solidária no Brasil. Apesar do crescente interesse dos trabalhadores e do governo pelo tema Economia Solidária e cooperativismo, percebe-se que ainda são encontrados grandes obstáculos e até preconceitos quanto a esse modo de produção e trabalho.

O crescimento dos índices de desemprego bem como as transformações no mercado de trabalho e na organização econômica do Brasil e do mundo, vem desencadeando um processo que busca novas formas de organização do trabalho e da renda. Este quadro foi responsável pelos incentivos aos empreendimentos econômicos organizados de forma associativa e autogestionária, que ganham espaço por suas iniciativas de agregar instrumentos de



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

transformação social, produtiva, econômica, comercial e política, de forma a contribuir com a democratização da sociedade civil.

Desde meados de 1990 Incubadoras Universitárias de empreendimentos solidários tem surgido no Brasil como forma de promover a produção e também o acesso ao conhecimento por parte da população mais excluída, fomentando a Economia Solidária como forma, tanto de geração de renda quanto de outra maneira de estabelecer relações entre pessoas e destas com seu ambiente, no atendimento as suas necessidades em todas as esferas: econômica, social, ambiental e psicológica (Singer 2004).

A partir das palavras de Singer podemos perceber um perceptível aumento pelo interesse na economia social principalmente no meio Acadêmico. Mesmo com o auxílio das Incubadoras, a grande maioria das cooperativas e associações ainda deparam-se com grandes dificuldades para se estabelecer a médio e longo prazo devido à ausência de políticas públicas suficientes e organizações que representem esse setor. Além da falta de assessoria, de profissionais qualificados e de tecnologias adequadas, há uma dificuldade de inserção no mercado e de comercialização. Estes agentes, somados à extrema dificuldade de acesso ao crédito deixam os empreendimentos solidários a mercê da sociedade e dos mercados.

A partir desses fatores, destaca-se o importante papel das universidades brasileiras no processo de consolidação e crescimento da Economia Solidária no país. No entanto, mesmo dentro das universidades são encontrados obstáculos que acabam freando e restringindo a assessoria de professores e alunos a tais empreendimentos. Um dos aspectos que pode ser observado é a escassez de uma cultura em relação ao movimento cooperativista no Brasil o que acarreta dificuldades em adaptar-se a esse novo sistema.

Buscaremos neste artigo discorrer sobre as dificuldades da consolidação da Economia Solidária em vários âmbitos e setores do nosso país.

## **2 História da Economia Solidária**

Nessa primeira parte recapitularemos a história da Economia Solidária e suas consequências diante do mundo e do público em que atuou: uma vez inserida em um espaço dominado pelo *modus operandi* do capitalismo, ou seja, a produção em grande escala, o empreendimento solidário traz uma nova visão sobre a obtenção dos lucros, do que é melhor para si mesmo e para a comunidade envolvida. Diversos exemplos do tipo podem ser encontrados na história, e diversos autores do gênero - autores que serão referência aqui - já refletiram sobre.

Apesar de o cooperativismo existir desde o início da humanidade, a maioria dos autores assinala o século XIX como o surgimento do embrião da “Economia Solidária” através das primeiras cooperativas na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha, cerne da primeira revolução industrial. De fato, é em Rochdale, condado do distrito de Lancaster, que houve a primeira organização de trabalhadores autogestionária formada por uma série de princípios que se tornariam a base do cooperativismo e da Economia Solidária: livre adesão, administração democrática, repartição do excedente, educação dos sócios e integração cooperativa. Nascimento (2009) assinala em seu texto *Do Beco do Sapo aos Canaviais do Catende* a origem da organização:

No final de 1843, havia grande prosperidade nas manufaturas de Rochdale, condado de Lancashire, na Inglaterra. Nesta conjuntura, os tecelões reivindicavam aumento



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

salarial. Não conseguindo aumento pelos patrões. Um Comitê formulou e tentou diversos caminhos, todos sem resultados totalmente satisfatórios. Enfim, após conseguir a unidade dos trabalhadores, decidiram pelo cooperativismo: fundar um armazém cooperativo de consumo (NASCIMENTO, 2009, p.12)

Mesmo nessa época, as principais dificuldades das cooperativas vinham em se manter dentro do mercado: defasadas pela tecnologia, volume da produção, distribuição do produto e a própria marginalização desse tipo de organização, a Economia Solidária demorou para se expandir, tanto que a própria Rochdale passou por uma transformação conforme sua expansão, abandonando a autogestão igualitária entre todos seus membros para aderir a ela somente nos círculos administrativos.

De fato, a primeira “explosão” dentro do mercado da Economia Solidária data a década de 70 no século XX, com a crise petrolífera. Sem poder gerar empregos, diversos governos passaram a incentivar o empreendedorismo na classe trabalhadora. Com isso, muitos passaram a se organizar de forma autogestionária e/ou em cooperativas por toda a Europa.

Um exemplo de incentivo governamental está nos distritos industriais da Itália, a *Terza Italia*. Basicamente, empresas anteriormente abandonadas com a concentração das indústrias somente em uma parte do país passaram a se especializar em um produto final. Se um dos distritos era famoso pela produção de tapetes, então agora as empresas se especializaram nas etapas da produção: uma empresa extrai a lã, a outra tingue, a outra tece, e assim por diante, de tal forma que o lucro do produto final é dividido entre as empresas e o lucro de cada uma é dividido em seus trabalhadores. Singer (2004) fala sobre o desenvolvimento dos distritos no texto Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Segue:

Esta solidariedade interfirmas torna o distrito industrial capaz de competir com as grandes empresas, cujo poderio econômico lhes permite comprar os serviços de consultorias especializadas e informações de bancos de dados. A cooperação entre as empresas do mesmo distrito, e mesmo de diversos distritos entre si, permite a empresas pequenas desenvolver novos produtos e encontrar formas de aperfeiçoar métodos de produção, que estão fora do horizonte de congêneres, que trabalham isoladas. O distrito industrial é o equivalente a uma grande empresa em rede, com a vantagem de poder organizar a colaboração mútua de dezenas de milhares de pessoas sem imposição e sem subordinação, o que deve dar à colaboração maior qualidade do que a que as grandes empresas conseguem obter de seus empregados e contratados. (SINGER, 2004, p. 17)

As condições da Europa, sociais, econômicas e políticas, portanto, se mostraram propícias a partir da década de 70 no século XX para o desenvolvimento da Economia Solidária. Mas e quanto a exemplos na América Latina, sobretudo no Brasil? A partir daqui, daremos foco na situação do desenvolvimento brasileiro.

Conforme foi dito anteriormente o mundo passou por uma crise na década 70. O Brasil não esteve fora dela, sobretudo em regiões distantes das grandes indústrias da época – concentração industrial no sudeste e isolamento de outras “zonas” como o norte-nordeste. Com o agravante da crise na época ditatorial, definida pelo crescimento da inflação e a desaceleração da entrada de produtos, a solução que o país encontrou foi o desmonte dos setores públicos como hospitais, escolas, telefonia, etc.; ou seja, a adesão ao neoliberalismo, modelo em voga com a supremacia estadunidense e a globalização.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

Pensar no Brasil neoliberal e globalizado não é só pensar em um ponto de vista econômico: As empresas deixaram de se preocupar em reverter seus lucros para um país e passaram a “flutuar” entre vários. A linha de montagem, por exemplo, fica onde há a mão de obra mais barata, a sede administrativa junto do país de origem, a distribuidora no lugar onde é mais fácil escoar, etc.

As grandes corporações investiram então em desenvolvimento tecnológico que pudesse substituir a mão de obra. Além disso, a legislação trabalhista sofreu mudanças favorecendo as empresas, tornando-se muito mais flexível contratar e demitir um funcionário. Houve um agravamento na concentração de renda na medida em que tornou os salários dos trabalhadores de base muito menores em comparação com os trabalhadores intermediários.

Diante deste cenário, a partir da década de 80 há uma expansão na economia solidária dentre os insatisfeitos e excluídos desse mercado de trabalho, com destaque para as regiões isoladas da industrialização (norte-nordeste). No final da década de 90 começaram as primeiras tentativas de se expandir o modelo. Em 2002, foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária, e em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Roberto Marinho Alves da Silva (2010), destaca em A trajetória recente da Economia Solidária no Brasil, que o nosso país ainda está passando pelo processo de reconhecimento da economia solidária:

Apesar dos avanços, há o reconhecimento de que é necessário ampliar o espaço institucional da economia solidária no Governo Federal. É fundamental a ampliação da importância do destaque a ser dado à economia solidária nas definições estratégicas dos Planos de Governo, sobretudo como uma das formas emancipatórias de inclusão social e como alternativa de organização do trabalho autogestionário, gerando renda e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Além disso, a economia solidária pode e deve ser reafirmada como orientação das atividades econômicas sustentáveis, de promoção do comércio justo e do consumo consciente no âmbito do necessário esforço a ser realizado pela sociedade brasileira para redução dos danos ambientais e preservação da natureza. (MARINHO R, 2010, p. 07)

### **3 Desafios da Economia Solidária no Contexto Brasileiro**

Algumas das principais dificuldades de se implementar a Economia Solidária como um modo de produção se centra na dificuldade de acesso ao crédito e na falta de apoio governamental.

Os empreendimentos solidários no Brasil não possuem facilidade de acesso ao crédito como os empreendimentos de grandes indústrias. As dificuldades encontradas por quem não possui patrimônios de valor considerável são enormes, sendo necessárias medidas governamentais que coloquem em situação de equidade as cooperativas e as empresas que tem como modelo de produção o sistema capitalista. Uma dessas medidas viáveis seria a criação de Bancos Comunitários. Singer (2011) destaca em entrevista a importância dos bancos comunitários e da moeda social:

Trata-se de um instrumento de justiça social. Os pobres não têm nenhuma oportunidade de conseguir empréstimo no sistema bancário, sobretudo o privado. O banco comunitário trabalha também com a moeda social. Ele emite uma moeda, com



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

o mesmo valor do real, com um nome fantasia, e ele dá um crédito desde que. o comércio da área aceite esta moeda. (SINGER, 2011)

Os chamados “Bancos Populares” são destinados a atender a parcela da população excluída do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que abrange os bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, financeiras, associações de poupança e empréstimos e são regulamentados pelo Banco Central. Esses bancos oferecem à população, variados tipos de investimentos como poupança, aplicações financeiras, cheques, cartões e principalmente crédito a população, que por sua vez fomentam a economia do país. Porém, os bancos brasileiros, praticam uma das mais altas taxas de juros do mundo e são extremamente rigorosos quanto à seleção de pessoas físicas ou jurídicas na hora de conceder o crédito.

Os “bancos populares” são destinados a conceder crédito aos excluídos do SFN, contudo, o sistema apresenta problemas como falta de articulação nacional e restrição de suas atividades. Os bancos populares não podem fazer mais do que repassar os recursos obtidos.

Para Marx (1849) o capital é uma relação social de produção. Segundo o economista, com o desenvolvimento do capitalismo, a moeda deixa de ser um mero instrumento de intermédio de troca entre os agentes econômicos e passa a ser o instrumento de validação social do trabalho, o trabalho só se torna riqueza quando se transforma em dinheiro. Mollo (1987) descreve uma citação de de Marx, na qual Marx descreve que a própria valorização se põe em processo de produção realizando-se por meio do dinheiro.

O dinheiro inicia e finaliza o ciclo completo de reprodução do capital. Sem dinheiro no início não há processo de produção capitalista onde meios de produção e força de trabalho são mercadorias. Sem ele não há criação de valor no processo de produção. Sem dinheiro no final do ciclo não há lucro, categoria que define um sistema capitalista, porque lucro não é apenas excedente de mercadorias extraído da força de trabalho humana, mas excedente convertido em moeda. (MOLLO, 1987, p. 212)

Os bancos populares trabalham com as chamadas moedas sociais. A moeda social é uma forma de moeda paralela criada por seus próprios usuários e a sua emissão acontece no setor privado da economia, sua circulação é baseada na confiança entre os usuários, não tendo necessariamente vínculo com a moeda nacional. A criação da moeda social objetiva-se em unir economia e sociedade, colocando a economia a serviço de finalidades sociais. Quando os grupos são pequenos torna-se mais fácil o controle da emissão e das trocas, embora possam faltar produtos. Apesar da troca de produtos ser mais fácil e variada quando o grupo é maior, fica mais difícil o controle das trocas baseado apenas na confiança mútua, então esses grupos maiores costumam recorrer a acordos e regulamentos que envolvem cobrança judicial, conforme o manifesto do Mutirão Abaporu (2000):

Não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora dessas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada como especulação (MUTIRÃO ABAPORU, 2000, p.01)





# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

A experiência brasileira com moeda social se concentra em grande parte nos clubes de troca (a maioria dos clubes não se denomina assim, mas funciona dessa maneira). Diversos interesses levam pessoas a formarem esses grupos, porém existem regras e objetivos básicos que são encontradas em manuais espalhados por todo o território nacional. Grande parte da experiência brasileira com grupos de troca está vinculada a Economia Solidária.

Um exemplo de sucesso com bancos populares e moeda social é o Banco Palmas. O Banco Palmas foi criado em janeiro de 1998 e é um sistema integrado de microcréditos localizado no Conjunto de Palmeira, uma favela que abriga 30 mil habitantes em Fortaleza – CE no nordeste brasileiro. O banco foi criado e é administrado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, ele foi gerado dentro da lógica da Economia Solidária, e suas raízes têm início na capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a solidariedade e colaboração entre os membros do Conjunto de Palmeira.

O principal objetivo do banco do é proporcionar o desenvolvimento local e solidário no Conjunto Palmeira, melhorando a qualidade de vida de seus moradores criando vários programas complementares como escolas de capacitação, incubadora para mulheres em situações de risco, laboratório de agricultura urbana, clubes de trocas com moeda social e uma moeda própria que circula nos comércios do bairro.

A essência do banco se baseia na estratégia de desenvolvimento justo e sustentável, onde são integrados os instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo na perspectiva de remontar as cadeias produtivas, dando oportunidades de renda e trabalho aos moradores da comunidade. O Banco Palmas possui um sistema financeiro integrado que atua em quatro áreas: capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo. Não é possível alcançar o objetivo de desenvolvimento local na ausência de um desses quatro elementos, idéia que cabe perfeitamente aos princípios de Economia Solidária, onde de acordo com Paul Singer, todas giram em torno da idéia de solidariedade em contraste com o individualismo (SINGER, 2003).

O banco trabalha com a linha de créditos evolutivos, ou seja, quem tem mais bens paga mais juros para subsidiar o crédito para quem tem menos. O acesso ao crédito é facilitado, não se pede comprovação de renda e documentos, porém são realizadas visitas a família do solicitante e entrevistas com os vizinhos que serve de aval para o futuro cliente do banco. Além disso, também possui um sistema cartão de crédito que se chama PalmaCard e é utilizado apenas no Conjunto Palmeira. Pode-se comprar com o cartão em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagar no Banco Popular a cada trinta dias, desta maneira estimula-se as famílias a consumirem dentro da própria comunidade. Os produtores, comerciantes e beneficiados pelo sistema se reúnem todos os meses em uma assembléia geral para avaliarem o funcionamento do cartão, apresentar possíveis melhorias e planejarem futuras ações sociais, como acompanhamento de escolas e postos de saúde. O PalmaCard além de auxiliar as famílias na aquisição de produtos em situação emergencial oxigena a auto-estima e confiança da comunidade, mostrando que através das economias populares desenvolvidas a partir do consumo solidário é possível se desenvolver economicamente o local.

A moeda social do Banco Palmas é os *Palmares*, a moeda não é indexada a nenhuma outra e o seu valor é estabelecido pelas horas trabalhadas e os insumos para a fabricação das



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

mercadorias, sendo utilizada nos clubes de trocas, onde os produtores trocam seus produtos entre si. Desta maneira a moeda torna-se um simples instrumento de troca nos clubes.

O banco passou por dificuldades iniciais como o convencimento de parceiros quanto a capacidade da Associação, obtenção de recursos iniciais, inexperiência na área financeira, dificuldades de adaptar as propostas econômicas para as ações comunitárias e solidárias e problemas de segurança quanto a assalto no bairro, porém essas dificuldades não foram suficientes para que o projeto parasse e o banco se estruturou como um grande exemplo de empreendimento solidário e alternativa para os menos favorecidos.

O Palmas estabeleceu na própria comunidade um circuito monetário de produção e consumo, que a longo prazo se auto-financiará, dando sustentação aos seus empreendimentos. Este sistema fomenta a rede de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtos na comunidade, fazendo com que a circulação de renda gire em torno da mesma.

A Economia Solidária trabalha com a lógica de desenvolvimento sustentável onde resultados sociais, políticos, econômicos e culturais são compartilhados de maneira igualitária. No Brasil ela ganha força a partir do século XX sob a forma de resistência e resposta a exclusão e exploração dos trabalhadores, no campo destacam-se os assentamentos sem terra, indígenas, a agricultura familiar entre outros. No meio urbano ganham destaque os movimentos populares e sindicais, além dos clubes de trocas, empresas recuperadas, onde os trabalhadores assumem as empresas após a mesma declarar falência e cooperativas populares. O item 37 do III Eixo Temático, da Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no Brasil em junho de 2006 nos mostra as dificuldades enfrentadas pela Economia Solidária no Brasil:

A economia solidária ainda encontra grande dificuldade de acesso às informações e às políticas, programas e ações de financiamento, de capacitação, de assistência técnica e de comercialização, entre outros apoios e benefícios que não chegam com facilidade aos empreendimentos econômicos solidários. O acesso é dificultado pelas elevadas taxas de juros praticadas pelos operadores de crédito e microcrédito, pelo alto custo para manutenção da legalidade dos empreendimentos, sobretudo cooperativas, e pelas excessivas exigências burocráticas das instituições públicas e financeiras. (SENAES, 2006, p.21)

Diante da necessidade de geração de trabalho e renda e, considerando o intenso crescimento que se pode acompanhar dos empreendimentos econômicos solidários nos últimos anos, exige-se maior apoio para suprir as necessidades de comercialização, crédito, formação, entre outros.

A Economia Solidária obteve avanços no Brasil como a criação do grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária em 2001, dos fóruns sociais realizados no Brasil, criação em junho de 2003 no governo Lula da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), criação de novas organizações de âmbito nacional como a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e da União e Solidariedade de Cooperativas e empreendimentos de Economia Social (UNISOL). Essas organizações tem conquistado apoio e reconhecimento do poder público no Brasil, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Outra dificuldade encontrada é falta de cultura cooperativa entre os trabalhadores brasileiros. Necessita-se de habilidade para criar empresas democráticas que sejam autogestionárias e ao mesmo tempo capazes de competir nos grandes mercados. Esta habilidade vem sendo



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

difundida por entidades, como a ANTEAG, o NAPES (Núcleo de Ação e Pesquisa de Economia de Solidariedade) e por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas em Universidades Nacionais, como a INCOP (Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade de Ouro Preto), incubadora criada na Universidade de Ouro Preto que visa atender as regiões que abrangem os três campus da universidade em Ouro Preto, Mariana e João Molevade. Outra entidade de destaque é o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) que é constituído por cinco universidades e coordenado pela SENAES. Por meio das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas), centenas de empreendimentos solidários recebem a incubação e auxílio de professores e alunos das universidades.

No entanto a Economia Solidária ainda encontra grandes obstáculos em seu caminho. O acesso ao crédito ainda é muito restrito, o acesso ao mercado para a comercialização de produtos ainda é extremamente limitado. As políticas públicas em Economia Solidária ainda são pequenas, os programas sofrem com limitações de recursos financeiros e estruturais. Deduz-se desta maneira que a Economia Solidária ainda necessita de estratégias de desenvolvimento no território brasileiro. É necessário que este movimento seja reconhecido como direito de cidadania e carece de ampliações de políticas públicas por parte do Estado.

#### **4 Desafios na Universidade: Aprender a Ensinar**

Nesta parte do artigo ressaltaremos as dificuldades encontradas por universitários e professores no desenvolvimento de programas de extensão nas universidades e comunidades nas quais estão inseridos.

Estamos inseridos em um contexto socioeconômico que estimula cada vez mais a competição, obtenção de lucros e acúmulo de riquezas; o trabalhador vende sua força de trabalho e é visto apenas como mão de obra. O desenvolvimento capitalista visa principalmente à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica. Paul Singer contrapõe o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário:

Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (SINGER, 2004, p. 03)

Dessa forma, percebe-se que, o que incita e move o desenvolvimento capitalista é a livre concorrência entre capitais privados pelo domínio do mercado em que atuam. O desenvolvimento capitalista, no entanto, é restrito e desigual: uma parte dos trabalhadores vive na miséria e alguns países ou regiões não podem usufruir dele da mesma forma do que outros. Introduzidos neste quadro que basicamente impõe uma hierarquia, a competitividade, o individualismo e a desvalorização do trabalhador em uma perspectiva humanista, os estudantes enfrentam o desafio de ir contra a lógica do sistema capitalista e fomentar uma nova maneira de pensar e agir, a princípio em seu próprio dia-a-dia. A falta de hierarquia não significa que não se pode ter um líder, mas sim que o trabalho de todos os membros de uma cooperativa deve ser igualmente valorizado.





# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

A Economia Solidária não é um movimento novo; existe desde os primórdios do homem e ganhou destaque no período da primeira Revolução Industrial, quando o capitalismo começou a tomar forma. Seu objetivo é proporcionar um desenvolvimento mais igualitário e justo. Utiliza-se de novas relações econômicas, sociais e ambientais contrárias à alienação, às desigualdades sociais e ao desequilíbrio ecológico através de um sistema autogestionário. Nós, membros da incubadora, acreditamos na viabilidade da autogestão, e para isso, precisamos primeiro nos habituar a incorporá-la; só assim será possível estabelecer uma comunicação com as cooperativas que visitamos a fim de promover uma troca de experiências. Executamos constantemente seminários de formação seguidos de debate que têm a função de nos instruir mais sobre o assunto, mas acreditamos que a forma ideal de aprendizado é na prática. Sendo assim, essa “dificuldade de libertação” do sistema socioeconômico vigente pode ser minimizada quando vivenciamos um pouco da prática da construção destes espaços coletivos.

Para realizar essa troca de experiências com os trabalhadores, temos como alicerce de nossa pesquisa a obra “Extensão ou Comunicação” do educador e filósofo, Paulo Freire(1983). O livro constitui uma reflexão do autor a respeito das relações estabelecidas por agrônomos no Chile, que estavam incumbidos de transmitir seus conhecimentos técnicos aos camponeses, no contexto de desenvolvimento da nova sociedade agrária. O escritor se dispôs a fazer tal estudo em virtude na experiência que adquiriu no campo com a alfabetização de adultos agregada à conscientização em áreas rurais.

A primeira questão abordada em seu estudo é a análise semântica crítica do termo “extensão”, visto que os agrônomos no Chile são chamados de extensionistas ao invés de educadores. Ao estudar o “campo de significação” da palavra, Paulo Freire encontra uma incompatibilidade com uma ação educativa libertadora, que é o seu objetivo.

Recorrendo à análise semântica e citando autores como Trier<sup>1</sup> e Saussure<sup>2</sup>, Paulo Freire infere que:

Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.*

E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação no mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (FREIRE, 1983, p. 13).

Dessa forma, o conceito de “extensão” em seu “campo associativo” de significação, acaba por limitar o indivíduo a um mero objeto, isento da capacidade de reflexão. Esta definição é contrária à concepção do autor, porque sugere uma educação de via unilateral: o agrônomo transmite seus conhecimentos técnicos e o camponês é obrigado a apreender daquela forma que lhe foi passado, sem contestar.

<sup>1</sup> Jost Trier – linguista responsável por desenvolver a teoria dos campos semânticos.

<sup>2</sup> Ferdinand de Saussure – linguista famoso no campo da Semântica, ramo que se preocupa com o sentido adquirido pelas palavras e por seus agrupamentos.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

Paulo Freire fala também que não é admissível que os agrônomos acreditem que devem “persuadir” as populações rurais de modo que elas aceitem e se submetam à sua propaganda. Quando isso acontece, não ocorre uma função educadora, e sim, “domesticadora”; o sujeito é o agrônomo extensionista e os camponeses, ao serem persuadidos, tornam-se objetos de sua propaganda

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela (FREIRE, 1983, p.14)

Paulo Freire, enquanto educador, pensa a existência como uma “prática da liberdade”, de modo que considera inaceitável que o ser humano seja oprimido ou privado de suas vontades. Em uma cooperativa, podemos pensar em suas obras e os conceitos nela imprimidos como uma espécie de guia.

Uma vez que o sistema autogestionário prega uma organização autônoma em que todos os envolvidos colaboram uns com os outros e possuem os mesmos direitos, não faz sentido verticalizar as relações na hora de auxiliar os cooperados a utilizarem tais conceitos.

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação das consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores o povo (FREIRE, 1987, p.11)

Sendo assim, ao assegurar que as consciências se “coexistenciam em liberdade”, o educador ressalta o fato de que não deve haver um só pensamento dominante, e sim vários pensamentos que coexistam a fim de cooperar uns com os outros, de se complementar. Devemos então demonstrar para estas pessoas, como a competição interindividual pode ser mais problemática do que a reciprocidade e ajuda mútua.

A emancipação é de extrema importância para a extensão em um projeto educacional, principalmente para as pessoas que sofrem as consequências das desigualdades sociais. Ela é importante, pois incita os indivíduos a superarem os obstáculos e limitações que encontram em suas vidas, sociais, culturais e profissionais. Entretanto não se trata de qualquer tipo de ascensão social, o processo emancipatório educacional permite que grupos de condições modestas tenham acesso ao conhecimento que não teriam caso não tivessem a convivência com um projeto de extensão emancipatório. Este pilar da universidade está ameaçado, pois muitos profissionais já não se dedicam mais em atuar em projetos mais ousados e abrangentes. Thiollent (2002) cita que precisamos recuperar idéias mais ousadas para enfrentar os desafios intelectuais e da vida cotidiana.

Thiollent (2002) ressalta que a concepção corrente em matéria de produção e difusão de conhecimento, responsável por estabelecer uma sequência unilateral entre pesquisa e extensão, pode ser substituída com grande vantagem por um modelo de construção social. Ou seja, a pesquisa-ação deve incluir todos os envolvidos e não apenas os agentes acadêmicos: independente da formação e dos níveis educacionais e sociais, todos devem participar da resolução dos problemas, fazendo com que cada um contribua com seu diferente acervo de



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

conhecimento. Nesse cenário não pode haver manipulações, os pesquisadores devem exercer apenas seus papéis de articuladores e educadores, onde a ética tem um importante papel, ao frear possíveis influências negativas.

Ainda segundo Thiollent (2002) para se difundir algo, isto é, “fazer” extensão, é necessário primeiro produzir. O conhecimento é gerado em todas as atividades dos projetos de extensão, em diagnósticos e pesquisas, nas formações para os membros das comunidades, alunos e professores, ou seja, a metodologia utilizada deve ser a participativa. Segundo Stringer (1999) quando a metodologia participativa é fomentada há envolvimento significativo com a extensão, incentivo a autonomia e capacitação das pessoas e fortalecimento dos planos e atividades que os envolvidos são capazes de realizarem sozinhos.

No entanto, não basta apenas utilizar a metodologia participativa, ela deve ter outras dimensões associadas à crítica, à refletividade e à emancipação. No âmbito das críticas, não basta que a metodologia se mantenha no plano das ideias, é necessário que ela seja levada para o dia-a-dia. Em um projeto de extensão deve-se praticar o exercício pleno da democracia, uma vez que todos devem se ouvir, sem preconceitos, relativizando seus pontos de vista. Dessa forma, o contato dos universitários com populações de culturas diferenciadas deve manter as condições de locução intercultural diferenciada como uma forma de aprendizado. Dessa forma, pode-se criar um espaço de interlocução, onde são produzidos efeitos de compreensão e de adequação da comunicação.

Um projeto reflexivo proporciona que seus destinatários reflitam sobre suas ações e construam um conhecimento próprio. De acordo com Thiollent (2002) no contexto da extensão, os conhecimentos úteis estão inseridos em práticas educacionais, culturais, políticas, técnicas, profissionais, e fazem sentido na vida cotidiana dos interessados. Nunca são simplesmente “transferidos” ou “aplicados” não são meras adaptações de instruções escritas em livros ou monopolizados por intelectuais convencionais.

## **5 Estruturação da INCOP**

No caso de uma incubadora de empreendimentos solidários, é essencial que ocorra o processo de incubação nas cooperativas. Tal método é responsável por articular diversas atividades de assessoramento e consultoria, visando desenvolver, também na academia, o tema de Economia Solidária e Cooperativismo através da sensibilização e formação dos discentes, pesquisadores, docentes, técnicos administrativos e trabalhadores; profissionais que, juntos, proporcionam uma rica troca de experiências entre a comunidade local e a universidade.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP) faz parte de um projeto de extensão da UFOP que teve início em 2012 e conta com 48 membros atualmente, sendo 11 professores e 37 alunos de diversas áreas englobando os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Jornalismo, Letras, Serviço Social e Sistema de Informação. A INCOP abrange os três campi da Universidade Federal de Ouro Preto localizados em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham.”**

Por ser um grupo grande de trabalho a INCOP se divide em quatro subgrupos de atividades em Mariana/Ouro Preto e João Monlevade. Em Ouro Preto/Mariana os grupos se dividem em quatro GT's (grupos de trabalho): O GT Gestão para Todos apresenta como proposta o desenvolvimento do projeto de extensão universitária e tem como elemento de ação a assessoria e a formação em gestão (estratégica, jurídica, produção, financeira/contábil, marketing/comercial, pessoas e ambiental) de empreendimentos sociais, solidários e populares, por meio de intervenções pautadas na busca do desenvolvimento social das comunidades-alvo da aplicação desse projeto. A proposta do GT Incop se consiste em desenvolver a Economia Solidária e o Desenvolvimento Social nas regiões entorno dos 3 campi da Universidade Federal de Ouro Preto através da Academia. O projeto se realiza por meio da sensibilização e formação de discentes, pesquisadores, docentes, técnicos administrativos, trabalhadores e profissionais que procuram proporcionar assessoria e formação em empreendimentos solidários. O GT Empresas Recuperadas oferece assessoria jurídica, gestão e organização do trabalho para empresas que foram recuperadas pelos trabalhadores no estado de Minas Gerais. Em João Monlevade as atividades se concentram no mapeamento de atividades e potencialidades no município e região.

A INCOP trabalha com os empreendimentos em quatro etapas: pré-incubação, implantação, desenvolvimento e desincubação. As etapas são limitadas a partir de cinco dimensões: político-ideológica, sócio-cultural, econômica, tecnológica e organizacional; e, também pelos eixos do indivíduo, da comunidade, da família e do empreendimento. O desenvolvimento local é o princípio que estimula nosso trabalho.

A incubadora ainda se encontra em fase de estruturação, em um período de formação com apresentação de seminários, debates, visitas em cooperativas e associações para que se tenha acesso às principais carências da microrregião de Ouro Preto, Mariana e João Molevade. A INCOP é, por excelência, um projeto de extensão, visto que garante aos alunos uma grande proximidade com a comunidade para que possamos ensinar e aprender com as pessoas e regiões ao nosso redor. Esta questão, nos leva também a pensar a dificuldade de estabelecer a comunicação nas cooperativas e associações.

Dentre as inúmeras dificuldades da INCOP, a principal consiste em mostrar como a formação de uma cooperativa - o desenvolvimento e distribuição de renda igualitária entre seus membros - é possível. Inseridas em um sistema essencialmente capitalista, a maioria dos indivíduos estão acostumados a associar o sucesso apenas ao lucro, e não conseguem visualizar o desenvolvimento como um todo para a comunidade e sua qualidade de vida.

Muitas associações da região se distribuem de forma hierárquica. Outras, tanto pela distância quanto a desistência de seus membros (por questões financeiras e estruturais), se encontram em estado precário, não tendo mais condições de continuar por muito tempo. Contudo, o que prevalece entre os líderes das associações é a vontade de continuar, mas resta a eles saber de que maneira. Entra então o papel dos membros da incubadora, não como instrutores, mas como comunicadores responsáveis por ouvir e falar sobre a ideia de economia solidária e saber mais sobre o contexto em que a associação está inserida.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

A própria INCOP busca levar a reflexão sobre o tema a um nível mais profundo a fim de inteirar os alunos envolvidos, pois muitos chegam “crus” as primeiras reuniões, infelizmente as Universidades como um todo não fomentando o tema, por isso muitos alunos quando chegam a Incubadora não tem conhecimento sobre a teoria e prática Economia Solidária. De fato, a divulgação e abordagem do tema dentro da universidade fazem parte do projeto da incubadora, a fim de chamar a atenção sobre o cenário onde os estudantes se encontram e como levar esse conhecimento para os colegas e as cidades de origem de cada um. Na UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) a grande maioria dos alunos vem de outras cidades e Estados para cursar a universidade, a INCOP espera que o conhecimento adquirido no programa seja levado também para os respectivos lugares de origem e para as práticas do dia a dia de seus integrantes. Com este intuito, a incubadora, em seu desenvolvimento, traz cursos e oficinas para os interessados sobre a temática.

Além da proximidade com a comunidade local, a consolidação da INCOP como um programa permanente, propicia aos alunos melhor formação sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Social de modo a promover a articulação de uma conscientização acerca da importância do desenvolvimento econômico, social e sustentável das regiões.

## 6 Conclusões

Em nosso artigo, buscamos fazer um apanhado da Economia Solidária como um todo: sua origem e trajetória, bem como desafios e perspectivas futuras. Ao relatar os primórdios deste movimento, objetivamos facilitar a compreensão do leitor acerca dos problemas e desafios que são encontrados na consolidação do movimento sobretudo no Brasil.

Atentamos para esta problemática ao trabalhar com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP), uma vez que passamos a vivenciar e conviver com estas complicações. Procuramos analisar em nosso artigo as principais iniciativas que fortalecem as práticas solidárias e sua inserção em um mercado capitalista.

É importante salientar, que os incentivos aos empreendimentos econômicos organizados de forma associativa vêm ganhando espaço principalmente por suas iniciativas de agregar instrumentos de transformação social, produtiva, econômico, comercial e política. Um dos desafios das práticas autogestionárias é a contribuição para a politização da sociedade civil, a democratização do Estado e a redefinição das relações entre o mesmo e a sociedade. Preocupando com este aspecto, ressaltamos também a importância da comunicação entre os indivíduos, no nosso caso, os estudantes e os cooperados, demonstrando que deve haver uma horizontalização das relações. Não devemos apenas passar para eles o que sabemos, o que deve acontecer é uma troca de experiências.

Procuramos esclarecer ainda a questão dos bancos populares e seu funcionamento, visando facilitar o entendimento de algo que não é ainda tão claro: a concessão de crédito.

A passos lentos a sociedade adere ao movimento solidário – seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras de solidariedade.





# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

## 7 Referências Bibliográficas

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983, 93p.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 17ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

MARINHO, R. *A Trajetória Recente Da Economia Solidária No Brasil*. Notas coletivas de Roberto Marinho enviadas para grupo de Economia solidária, s/d. Disponível em: <http://dc302.4shared.com/doc/OyQYsvQn/preview.html#sdfootnote4anc>. Acesso em 19 de Agosto de 2012

MARINHO, R. A. Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: Avanços, desafios e Perspectiva. *Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE)*, 2011.

MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1988. *O capital*. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELO, J. J. de. Banco Palmas. Uma prática de socioeconômica solidária. *Programa de Gestão Urbana – UN/HABITAT*, p. 39, 2003.

MOLLO, M. L. R. Moeda e taxa de juros em Keynes e Marx: observações sobre a preferência pela liquidez. *Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, Curitiba, 1987, p. 205-223.

NASCIMENTO, C. *Do “Beco dos Sapos” aos canais do catende – ITCP-USP s/d*. Disponível em [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf), acesso em 19 de agosto de 2012.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *ESTUDOS AVANÇADOS* v.18 no. 51, 2004.

SINGER, P. *Possibilidades da Economia Solidária no Brasil*. CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, p. 23-28, 1999.

SINGER, P. *Introdução á economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Seminário sobre Crédito Produtivo para Mulheres do Bolsa Família. *Anais do Complexo das Comissões da Assembleia Legislativa*, Brasília, 2011.

SINGER, P. Crédito e inclusão bancária para a parcela mais obre da população.[ Entrevista 26 de fevereiro, 2012]. *Entrevista concedida ao blog do Planalto*. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/credito-e-inclusao-bancaria-para-a-parcela-mais-pobre-da-populacao/>. Acesso 20/08/2012.

THIOLLENT, M.; FILHO A. T. de; SOARES. R. L. S. (coord.) *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói-RJ : EDUFF, 2000. 340 p.